

DEZ PASSOS PARA UM ARGUMENTO: À VOLTA DA «PSEUDO-NOTÍCIA» E DA «PSEUDO-REALIDADE»

JOÃO TEIXEIRA LOPES

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Resumo

Este artigo analisa as modificações do campo jornalístico introduzidas por dois novos obstáculos: a crescente concentração da propriedade dos media e a precariedade profissional dos jornalistas. A conseqüente fragilidade das redacções e o trabalho cada vez mais activo dos spin doctors favorecem um fraco confronto com as fontes de informação, dificultam o combate ao pseudo-acontecimento e reduzem o grau de contextualização e investigação presentes nos conteúdos jornalísticos.

Palavras-chave

Jornalismo; Verdade; Acontecimento.

1. Quais os critérios de estabelecimento da verdade jornalística? Quem a define? Quem a consagra? Intrigantes questões que nos remetem para um intrincado feixe de lutas. O processo está longe de ser pacífico... Se partirmos da hipótese de existência de um campo jornalístico (subcampo de uma unidade mais vasta, o campo dos media), verificaremos a presença de actores com distintas posições (convém não esquecer jamais que a posição cria uma *visão* sobre a *di-visão* do mundo), associadas a uma estrutura mais ou menos rígida de constrangimentos e de possibilidades, portadores de um determinado volume de recursos ou capitais agindo para estabelecer ou desmantelar uma determinada *doxa*, autêntica constelação de significados que, através da prática (com especial destaque para a linguagem e a performatividade dos actos linguísticos – falar cria, divide, ordena), instaura uma rotina de *verdade*. A *verdade* da notícia, a construção do "acontecimento", a filtagem de todo o manancial de informações que nunca chegam a ser notícia. Esta espécie de *morte na praia* sugere que seria porventura ainda mais estimulante a minuciosa análise de todo o "material em bruto" que não alcança, por défice de legitimidade no campo, o estatuto consagrado de notícia.

2. Seguindo ainda Bourdieu, não existe campo sem uma crença colectivamente partilhada nas regras do jogo (*illusio*). Em luta e em desacordo, os intervenientes reúnem-se para salvar o fundamental: a sua própria existência. Para tal, creditando-se mutuamente através das energias do conflito. Sem o campo, esse espaço estruturado de posições em permanente relação, tensão, redefinição e disputa não existiria enquanto ambiente de

criação de agentes credíveis. O campo jornalístico produz os produtores de notícias e engendra mecanismos de ratificação e reconhecimento. A luta dentro do campo dignifica, ainda que se jogue em posição dominada. Certamente que é possível agir *fora de campo*, lutando por mecanismos alternativos de edificação da *verdade* jornalística e do valor-notícia. Mas é uma luta duplamente árdua: contra os dominantes do *status quo* e contra os dominados-que-reconhecem-os-dominantes e pretendem vir a ser os ocupantes do bloco hegemónico de amanhã. Luta fora das margens, entre as margens, aproveitando zonas de incerteza, porosidades, interstícios, espaços ainda não legitimados, grassando na pluralidade crescente de públicos, o *fora de campo* tem de criar, *ab initio*, as suas formas de interrogação e percepção da realidade, de colocação de problemas, de invenção de uma linguagem. Paradoxalmente, quando o *fora de campo* alcança os seus objectivos torna-se, quase inevitavelmente, uma posição dentro do campo. A não ser que existam vários campos jornalísticos em sobreposição, cada um direccionado para destinatários diferentes (embora aqui e ali justapostos), com regras específicas de legitimação. Mas existirá alguma vez um ofício de jornalista assente no labor de destruição sistemática das *doxas*, de contínua desconfiança sobre si mesmo, de crítica insurgente e criativa, *um campo, enfim, onde as regras do jogo assentem, precisamente, no escrutínio permanente, ávido e inclemente da génese, validade e limite dessas regras?*

3. Dois poderosos obstáculos servem de atrito a esta possibilidade. Por um lado, a crescente concentração da propriedade dos meios de comunicação social; por outro a intensa precariedade profissional da profissão de jornalista. Uma e outra contribuem para a disseminação da preguiça intelectual (*recordam-se do «arrastão» na praia de Carcavelos, em 10 de Junho de 2005? Os noticiários de todas as cadeias de rádio e televisão abriram com relatos de "pânico na praia", pseudo-imagens daquilo que descreviam como "milhares de pessoas em fuga", numa "tarde de terror", com um "assalto sem precedentes". Pelos ecrãs passaram fotografias de débil qualidade onde vários jovens corriam pelo areal, enquanto em "voz-off" se descreviam os ataques aos banhistas desprevenidos por parte de centenas de jovens negros vindos de bairros desfavorecidos. A omnipresença do imaginário da favela – o tempo era propício às «violências urbanas» - importou o termo "arrastão". Nenhum órgão de comunicação alguma vez pediu desculpas ou reconheceu o erro... Ora, a "fragilidade das redacções" a 10 de Junho em muito contribuiu para a disseminação do frenesim xenófobo, criando um outro «arrastão» em que se multiplicaram declarações de políticos, autoridades, especialistas, realimentando o insaciável circuito de produção de notícias).*

4. Na verdade, a "fragilidade das redacções" reduz ao mínimo o confronto das fontes; a contextualização dos acontecimentos e a investigação jornalística. Grassa, ao contrário, o espectáculo autofágico. Nesta espiral, as notícias como que circulam num hiperespaço

onde se desligam de um detonador inicial. São notícias sem autor, sem fonte, sem fabricação. *Pseudo*-notícias. É impossível reconstituir a sua génese ou compreender o seu processo de circulação.

5. Quando tal acontece, o jornalista renuncia ao seu estatuto de intermediário cultural. Este, supostamente o intelectual das novas economias de capitalismo avançado, ancoraria o seu *ethos* na produção e difusão de informação, autoconfrontando-se permanentemente com a sua responsabilidade social numa esfera pública alargada. Mas o que dizer quando o ciclo metabólico da degradação do ofício de jornalista apenas lhe permite regurgitar pseudo-notícias?

6. As notícias são artefactos que produzem realidades. Pseudo-notícias produzem pseudo-realidades.

7. Quando a autoridade se funda cada vez mais em preceitos carismáticos (como acontece *a fortiori* nas eleições locais), ela própria assume-se como a *única* fonte de onde irradia a verdade e a notícia. Nesses contextos, o jornalista apenas terá de «beber» a aura da divindade, submetendo-se a uma preparação da poção mágica. Os *spin doctors* estão aí e em força, formatando a pessoalização e a desideologização do exercício do poder. Se necessário, a Câmara Municipal limita ou elimina o acesso directo dos profissionais da comunicação, criando os seus "jornais", "revistas", "rádios" e "canais de TV" em plataformas digitais inter e hiperactivas. O poder local aproxima para melhor controlar.

8. O jornalismo não é marketing nem relações públicas, nem tampouco aparato tecnológico. O jornalismo constrói valores-notícia com base na investigação autónoma, na diversificação e confronto crítico de fontes. O jornalista é um profissional intelectual que reconhece a sua centralidade na edificação de visões do mundo. Tal consciência agudiza a sua humildade e reflexividade.

9. Nesta acepção, o jornalismo estará na linha de frente de combate à sociedade do espectáculo e do pseudo-acontecimento.

10. Corolário: a "verdade" jornalística é sempre um erro à espera de vez, para resgatar a expressão de Virgílio Ferreira. A notícia "séria" expõe-se ao erro. A «pseudo-notícia» ignora-o, porque é totalitária.

BIBLIOGRAFIA

Bourdieu, Pierre (1997), *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta.

Bourdieu, Pierre (1983), *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Habermas, Jurgen (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Arendt, Hannah (1989), *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras